SINTET-UFU FASUBRA

LIGEIRINHO

Edição 513 *Jul de 2022* IMPRESSO

Informativo Especial do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET-UFU)

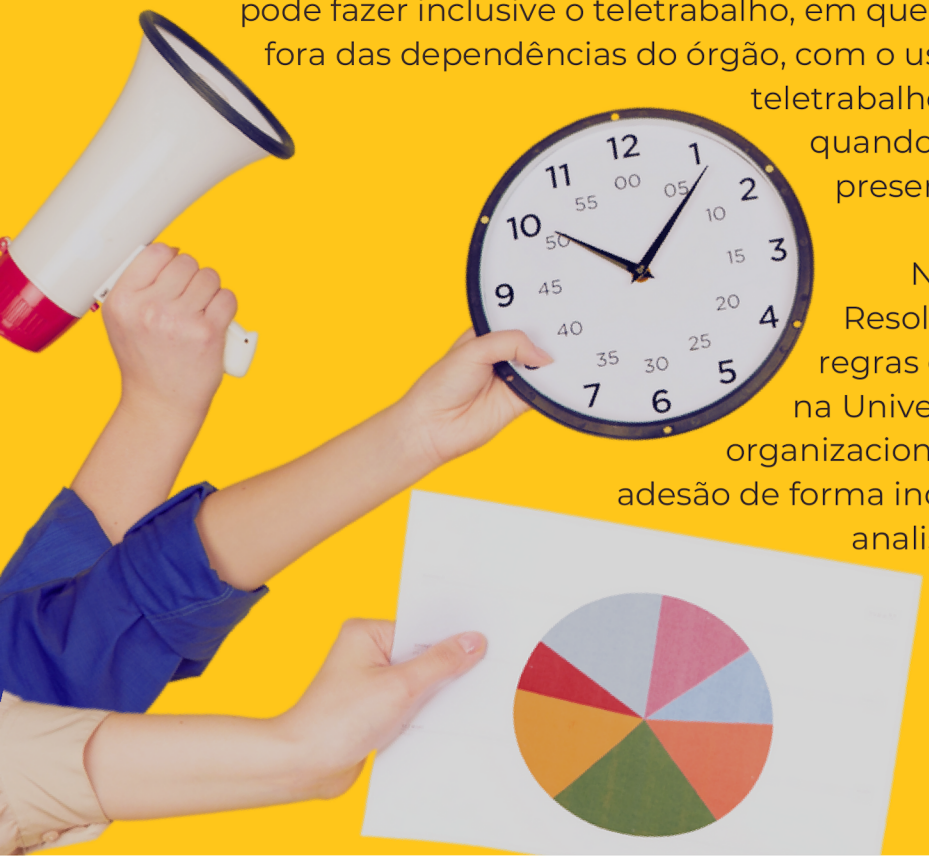
Programa de Gestão e Teletrabalho na UFU

Por Pedro Santos Guimarães

O Programa de Gestão e Desempenho – PGD é um instrumento de gestão com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços públicos prestados pelos órgãos à sociedade. Ele disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades dos agentes públicos participantes, e está regulamentado pelo Decreto nº 11.072, de 2022 e pela Instrução Normativa nº 65/2020.

Trata-se de um novo formato de acompanhamento do trabalho, com o estabelecimento de metas e registro de seu cumprimento, em vez do tradicional controle de horário ("bater o ponto"). O agente público participante deve elaborar, com sua chefia imediata, um plano de trabalho, contendo as atividades previstas, as metas e prazos, baseado na sua carga horária de trabalho semanal.

Desta forma, o participante tem mais autonomia e flexibilidade em seus horários e pode fazer inclusive o teletrabalho, em que o servidor exerce suas atividades fora das dependências do órgão, com o uso de recursos tecnológicos. O teletrabalho pode ser integral ou parcial, quando houver necessidade de trabalho presencial em parte da jornada.



No âmbito da UFU foi aprovada a Resolução CONDIR nº 16, de 2022, com as regras gerais sobre o Programa de Gestão na Universidade. Cada unidade organizacional poderá fazer sua proposta de adesão de forma independente, e as propostas serão analisadas pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Programa de Gestão (CPAPDG) antes da decisão de autorização pelo Reitor.

A CPAPDG, nomeada pela Portaria de Pessoal UFU nº 2546/2022, teve seu regimento aprovado pela Portaria REITO nº 326/2022. A Comissão irá trabalhar agora na elaboração de orientações às unidades, com os modelos de documentos que deverão ser enviados, e na definição do sistema eletrônico que será usado para o acompanhamento do programa.

Cada unidade deve constituir uma Comissão Local para auxiliar o dirigente na elaboração da proposta e no acompanhamento do programa de gestão. A unidade deverá realizar levantamento e mapeamento do trabalho que realiza, identificando os resultados entregues e as atividades que podem ser feitas de forma remota.

A adesão ao programa de gestão será voluntária e não constitui direito adquirido daqueles que forem aprovados. Quem quiser permanecer no formato atual, registrando a frequência, poderá fazê-lo sem nenhum prejuízo. O servidor poderá participar do programa de gestão mesmo que trabalhe de forma totalmente presencial, ficando dispensado de bater o ponto. A participação em teletrabalho dependerá do tipo de atividade desempenhada e da situação de cada setor.



Pedro Santos Guimarães é técnico-administrativo em educação da UFU e membro da CPAPDG/UFU.

EXPEDIENTE

Sede administrativa e social:
Rua Salvador, 995, Aparecida, CEP: 38400-757
Uberlândia/MG - Telefone/WhatsApp: (34) 3214-1649
secretaria@sintetufu.org | www.sintetufu.org
www.facebook.com/sintet.ufu | www.instagram.com/sintetufu

Gestão "Luta, Organização e Resistência" - Gestão 2022-2023 | Coordenação Geral: Maria Cristina Lima e Silva; Norton Nunes; Robson Luiz Carneiro | Coordenação de Administração e Finanças: Flávia Maria da Silva Santana; Lázaro Manoel Rodrigues | Coordenação de Formação e Relações Sindicais: Alexandra Oliveira; Wanderson Fagundes | Coordenação de Imprensa e Comunicação: Lucas Pires Rodrigues; Márcia Dutra Ramos Silva | Coordenação de Políticas Sociais e Antirracismo: Guilherme Augusto Gomes; Nalim Solimar Leite | Coordenação de Assuntos das Fundações: Cleide Maria de Jesus; Fernanda Rosa dos Santos | Coordenação de Assuntos de Aposentados: Ariosvaldo Pereira Lima; Noemi Gonçalves dos Santos | Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer: João Lucas de Paula Batista; Vinicius Augusto Manalischi | Coordenação de Assuntos Jurídicos e Relações de Trabalho: Gilberta Maria Pires de Oliveira e Souza; Junamappe Silva Cardoso Mendes | Coordenadores Suplentes: Ana Lúcia Ribeiro Golçalves; Gabriel do Couto Almeida; Janaína Aparecida de Paula; Lorrayne da Silva Brito; Lourdes do Val Reis | Conselho Fiscal: Efetivos - Elizete Mendes Rosa; João Fernandes da Silva; Rodrigo Soares Porto | Suplentes - James Soares; Maria Nazaré Lima Alves; Vilmar Martins Júnior | Assessoria Política: Alexandre Igrecias | Assessoria Técnica: Rosane Herdy | Assistentes Administrativo: Nilda Moreira; Jhonatan Soares | Assistente Financeira: Flávia Diniz | Jornalistas: Raissa Dantas de Sousa (MTB 20058/MG); Lorena Martins | Motorista: Jones Wayne da Silva | Serviços Gerais: Elaine Aparecida Lopes | Revisão: Lorena Martins | Diagramação e colagens: Raissa Dantas de Sousa

25 DE JULHO:

Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

Por Andreia Sousa de Jesus

O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha é celebrado no dia 25 de julho, mesma data do Dia Nacional de Tereza de Benguela[1] e da Mulher Negra, no Brasil. Ambas as datas nos convidam para uma reflexão sobre a vida das mulheres negras, ao enfatizar suas lutas históricas que permitem a sobrevivência à uma estrutura social racista e misógina.

Considerada a "base da sociedade", a mulher negra é, ao longo da história, vulnerabilizada em suas condições sociais. Se no período escravocrata, num ato de heroísmo, abortava para não gerar escravizados, na atualidade é o esteio que sustenta, na maioria das vezes, a família sozinha. Numa ironia do destino capitalista neoliberal e racista, os homens dessa família são, lembrando Lélia Gonzalez, "objeto de perseguição policial sistemática". Levando em consideração que o sistema prisional no Brasil é um dos principais problemas que atravessa a população negra, observa-se que a sua ocupação é constituída, principalmente por homens negros.

Nesse sentido, a mulher negra é o calço que tenta imobilizar a necropolítica provocada pela violência do Estado, ao abastecer, semanalmente, celas com suprimentos de alimentação e limpeza. Outros exemplos de violência se destacam na vida dessas mulheres: segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, apesar da redução em 1,7%, das 1.341 vítimas de feminicídio em 2021, 831 eram mulheres negras. Dos 66.020 estupros ocorridos no Brasil em 2021, 34.462 vitimizaram mulheres negras, e 31.558, mulheres brancas. Em pesquisa realizada pelo movimento Potências Negras, em 2021, foi identificado que 63% das mulheres negras entrevistadas foram discriminadas em processos seletivos para vagas de emprego. Por meio de buscas rápidas, é possível verificar tantas outras violências, com diferentes variáveis, e perceber a ocupação "inevitável" dessas mulheres nas principais estatísticas.



Debaixo para cima: **Tereza de Benguela**, **Carolina Maria de Jesus** e **Lélia Gonzalez**

As políticas públicas, tão cruciais para a equidade social, contraditoriamente, podem funcionar como aliadas na reincidência de violências institucionais contra as mulheres negras. A baixa representatividade política dessas mulheres também é um fator que contribui para que esse cenário não se altere.

A eleição da vice-presidenta Francia Márquez Mina e do presidente Gustavo Petro, na Colômbia, representa mais um elemento da virada política progressista que vem ocorrendo na América Latina, no que diz respeito aos quadros de liderança. Francia Márquez Mina, assim como Tereza de Benguela, são mulheres que ultrapassam barreiras simbólicas e materiais com a finalidade de lutar pela justiça social em seus territórios e romper com a lógica de morte e violência instituída historicamente.

Não há sinalização de uma mudança radical, como necessário. No entanto, pelos limites da própria política institucional e pela repetição das violências extremas assistidas, o fato permite suspiro por meio da conquista de um governo que retorna para o povo – o que não é possível com a ausência das mulheres negras.

Assim, o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra são fundamentais para, além de refletir as condições supracitadas, criar novas formas políticas de fortalecimento das democracias, às quais não podem funcionar em plenitude, se ignora as relações raciais e de gênero.



Da esquerda para a direita: Marielle Franco, Yzalú, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Majur, Andreia de Jesus e Francia Márquez

REFERÊNCIAS
Mulheres Negras. Composição: Eduardo Taddeo. Intérprete: Yzalú. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=122kwdWN-v0&list=RD122kwdWN-v0&start_radio=1
FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

[1] Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que viveu durante o século XVIII no Quilombo do Piolho (ou Quilombo do Quariterê) - divisa do Mato Grosso com a Bolívia. Além de símbolo de resistência à escravidão, Tereza representa, na atualidade, a memória e a lida das mulheres negras em meio às opressões cotidianas.

Andreia de Jesus é doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP Marília, mestre e graduada na mesma área pela UFU